

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2011 - CAXAMBU, MG

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e
construção de direitos

**Sobre rios, usinas e pessoas: relações sociedade-natureza a partir do
conflito ambiental em torno da usina hidrelétrica de Belo Monte – PA, Brasil**

Lorena Cândido Fleury¹

Jalcione Almeida²

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). E-mail: lorena.fleury@ufrgs.br

² Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Pesquisador CNPq. E-mail: jal@ufrgs.br

Apresentação

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, projetada para ser implantada no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, nas adjacências de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu)³, é frequentemente apresentada como aquela que será a terceira maior hidrelétrica do mundo, a maior exclusivamente brasileira, com potência instalada de 11.233 MW (Figura 1). Proporcional ao seu tamanho é sua capacidade de gerar controvérsias e conflitos. Tais conflitos persistem há mais de 30 anos, e têm em seu histórico estratégias e associações entre grupos e demandas que estão na origem do socioambientalismo, demarcando uma nova fronteira de atuação e reivindicação política.

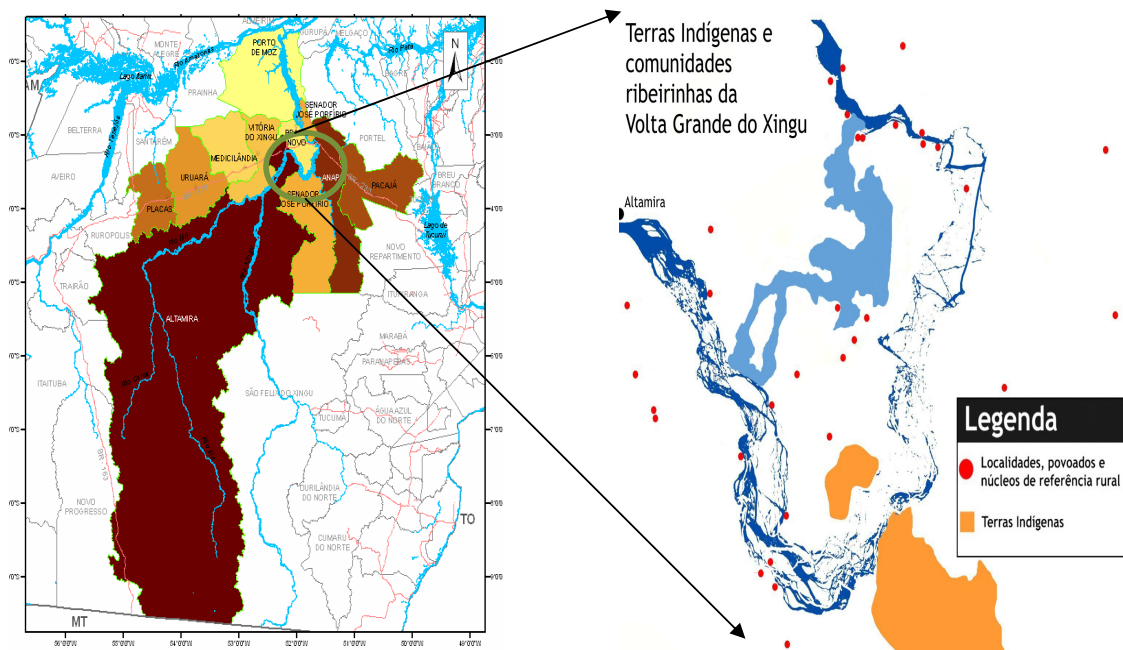


FIG. 1: Mapa da bacia do rio Xingu, situando os onze municípios considerados atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. No destaque, a região conhecida como Volta Grande do Xingu, com a representação gráfica do reservatório planejado para a usina e o desvio do curso da água.

Fonte: adaptado de PDRS Xingu (2011) e ACP (2011).

Nesse sentido, o conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte parece ser esclarecedor das possibilidades de análise sobre as relações

³ A área de implantação da obra e sua área de influência já são em si objeto de controvérsia: estes 11 municípios se associaram há dez anos no Consórcio Belo Monte, visando mobilizar esforços e recursos no sentido de viabilização do empreendimento. Contudo, os canteiros de obras estão localizados nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

sociedade-natureza que se abrem quando se detém a atenção nos conflitos ambientais. A pesquisa que dá suporte a este artigo tem como objetivo central investigar o questionamento sobre o que está em jogo nos conflitos ambientais, isto é, o que essas disputas apresentam de inovador à análise dos conflitos sociais: são uma modalidade de conflitos, na qual a centralidade da disputa encontra-se na apropriação de elementos pertencentes à categoria geral, e externa à sociedade, a que chamamos natureza? Ou os conflitos ambientais expressam questionamentos acerca das articulações entre natureza e sociedade ao manifestar perspectivas concorrentes de associações entre pessoas, rios, relatórios, animais, matas? Ainda, os conflitos ambientais são incorporações do vocabulário e das normatizações da “dimensão ambiental” nos conflitos sociais outrora já existentes, ou apresentam, mais do que isso, especificidades das sociedades nas quais ocorrem? Em síntese, quem são os sujeitos dos conflitos ambientais, quais são as suas demandas e quais são suas contribuições para a compreensão das relações sociedade - natureza?

Inserido nesse projeto de pesquisa, e especificamente no que diz respeito ao conflito em torno da construção da usina de Belo Monte, supõe-se que, ao articular ambientalistas, comunidades indígenas, agricultores, ribeirinhos, acadêmicos, entre outros, este conflito manifesta a demanda por agência de comunidades, rios, animais, matas na definição do que é prioritário na construção do mundo comum, em oposição ao discurso do desenvolvimento como ocidentalização.

Para compreender como o conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte se configura e as questões que vem suscitando na arena pública ao longo desse período, o presente artigo irá, inicialmente, recuperar a memória deste conflito, a guisa de contextualização. Em seguida, serão apresentadas algumas pistas teóricas que parecem se desenhar a partir da análise das estratégias implementadas até então, e que motivaram a pesquisa de campo, ainda em curso, na qual estão sendo identificados e mapeados os principais agentes envolvidos, visando-se evidenciar, na seção seguinte, de que forma o natural e o social têm se inter-relacionado neste processo.

Breve histórico do conflito

O ponto de partida inicial do conflito acerca da construção da UHE Belo Monte remonta a 1975, com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia

Hidrográfica do Rio Xingu, levado a cabo pela Eletronorte, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás na Amazônia Legal. Estes estudos tramitaram entre as instituições governamentais da época até que em 1986 foi publicado pelo governo federal o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, que propôs a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia Legal. Esse plano destacava que "pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior *projeto nacional* no final deste século e começo do próximo" (ISA, 2010, grifo dos autores), e seus estudos indicavam a então denominada Usina Hidrelétrica Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro.

Temerosas com as consequências daí decorrentes, as lideranças indígenas das comunidades situadas às margens do Xingu começaram a mobilização que provocou o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989. Neste encontro, grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos e entidades da sociedade civil, protestaram contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.

O encontro adquiriu imprevista notoriedade, contando com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reuniu ao todo cerca de 3.000 pessoas, entre elas 650 índios de diversas partes do país e do exterior, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e posterior presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denardin, deputados federais; 300 ambientalistas; em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting.

Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal em um gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena foi reproduzida em jornais de diversos países e tornou-se histórica (Figura 2). Na ocasião, Muniz Lopes anunciou que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que significa um grito de guerra em Kayapó - seria rebatizada e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. Posteriormente, a usina foi denominada Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. O

evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil (ISA, 2010).



FIG. 2: Tuíra, índia Kayapó, protestando contra a construção de barragens no rio Xingu, no Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, em 1989.
Fonte: Reprodução.

Importante destacar que a organização desse encontro teve entre suas motivações a controvérsia gerada quando Paulo Paiakan, Kube-I Kayapó e o etnobiólogo Darrell Posey, do Museu Emílio Goeldi, do Pará, participaram, em janeiro de 1988 na Universidade da Flórida (EUA), de um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais, no qual denunciaram que o Banco Mundial (BIRD) liberara financiamentos para construir um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios. Os líderes indígenas foram convidados por ambientalistas norte-americanos a repetir o relato em Washington e, quando retornaram ao Brasil,

foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros⁴, sendo ameaçados de expulsão do país.

Este fato foi denunciado e divulgado pelo Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), fomentando uma reunião em meados de 1988 na aldeia Gorotire, onde lideranças Kayapó decidiram pedir explicações oficiais sobre o projeto hidrelétrico no Xingu. Auxiliadas por distintas organizações, foram encaminhados convites às autoridades brasileiras e entidades ambientalistas, dando origem ao Encontro de Altamira.

Após o Encontro, seja pela grande repercussão nacional e internacional obtida, seja pela fase de recessão da economia que se seguiu, o projeto da construção da usina Kararaô/Belo Monte não foi levado adiante, até que no final da década de 1990 e início dos anos 2000, entre órgãos de governo e sob protestos de movimentos sociais, voltou a tramitar o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Em março de 2002, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que havia vivenciado uma forte crise energética, foi publicada uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, criando um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de estudar e apresentar um plano de viabilização para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), da Furnas Centrais Elétricas S.A; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, o GT manifestava o declarado interesse do governo federal em Belo Monte, considerando-a uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país e um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas.

Concomitantemente, e se estendendo de 2002 a 2010, uma série de encontros entre movimentos sociais, lideranças indígenas, entidades socioambientalistas e associações de comunidades locais foram realizados, expressando rejeição ao projeto de construção da usina mediante protestos,

⁴ Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração. Em seu Art. 65, essa Lei afirma que “é passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais” (BRASIL, 1980).

seminários e cartas abertas às autoridades responsáveis. Em um desses documentos, intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios da Amazônia”, 113 organizações sociais reunidas no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MTDX) questionaram os motivos de o governo considerar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte uma prioridade, convocaram “todas as entidades ambientais no Brasil e os parceiros no mundo para nos dedicarmos ao debate do uso sustentável do rio Xingu junto com sua população, famílias de agricultores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e povos indígenas”, e pediram tempo: “precisamos *desacelerar* a agenda de construção de barragens [...]. *Precisamos de tempo* para assimilar o que está acontecendo, informar a sociedade local, nacional e ONGs internacionais sobre o que representam os impactos e a relação custos-benefícios da obra” (MTDX, 2010, grifos dos autores).

Além desses mecanismos, começou a ser travada uma intrincada batalha judicial, opondo decretos legislativos, ações diretas e liminares, envolvendo o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, Tribunais Regionais Federais e organizações da sociedade civil, como Instituto Socioambiental, Greenpeace, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Chave nessa controvérsia tornou-se o licenciamento ambiental da usina⁵: inicialmente tendo sua elaboração considerada de âmbito estadual, ficando a cargo da Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (Fadesp), em maio de 2001 foi transferida a responsabilidade ao Ibama, sob liminar concedida mediante ação civil pública movida pelo Ministério Público. Nesta ação considerou-se que não havia sido realizada licitação para a contratação da Fadesp, acusada, entre outros, de elaborar o EIA/RIMA das Hidrovias Araguaia-Tocantins e Teles-Pires/Tapajós com uma metodologia questionável sob o ponto de vista científico e técnico; que o licenciamento cabia ao órgão federal visto que o Xingu é um rio da União; e, ainda, que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) deveriam examinar toda a Bacia do Xingu e não apenas uma parte dela. Em 2006, o processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama foi suspenso por liminar pela Justiça Federal de

⁵ Para uma análise aprofundada acerca das falhas e inconsistências presentes da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE de Belo Monte, consultar Magalhães e Hernandez (2009).

Altamira visando impedir que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prosseguissem antes que os povos indígenas que seriam afetados pelo empreendimento fossem ouvidos pelo Congresso Nacional. Em maio de 2007, a mesma Justiça Federal de Altamira julgou improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anular o licenciamento ambiental feito pelo Ibama. Com a sentença, os impeditivos legais foram retirados, e deu-se prosseguimento aos protocolos de viabilização da usina. No entanto, desde a emissão do Termo de Referência para a elaboração do EIA-RIMA pelo Ibama, em 05 de dezembro de 2007, até a publicação do edital de audiências públicas para a UHE Belo Monte, em 25 de agosto de 2009, uma série de dificuldades foram colocadas à disponibilização pública do estudo de impacto, sendo, todavia, o processo de licenciamento continuado a despeito da não apresentação pela Eletrobrás de documentos exigidos pelo Ibama (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009).

Em 2009, os conflitos voltaram a se aquecer: o governo Lula anunciou que realizaria ainda naquele ano o leilão para concessão da usina; foram realizadas quatro audiências públicas em municípios afetados; o Ministério Público Federal apresentou recomendação ao Ibama para realização de pelo menos mais 13 audiências, de forma a incluir mais regiões que serão atingidas, visto que de acordo com estudos iniciais, o complexo de Belo Monte afetará direta e indiretamente 66 municípios e 11 Terras Indígenas; lideranças Kayapó enviaram carta ao presidente Lula, pedindo para serem ouvidos em audiência pública sobre Belo Monte; o presidente da Funai enviou ao Ibama documento indicando não haver óbice para a liberação da Licença Parcial de Instalação, havendo rumores de que essa decisão estaria contrariando parecer técnico do próprio órgão; o caso de Belo Monte foi apresentado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington; indígenas em reunião na aldeia Piaráçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina (MT), com 284 representantes de 15 diferentes etnias, ameaçaram ir à guerra caso as obras se iniciem; no dia 10 de novembro, a Justiça Federal suspendeu o licenciamento ambiental e determinou novas audiências para Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas fossem ouvidas; no dia 11, caiu a liminar que suspendeu o licenciamento de Belo Monte e o Ibama voltou a analisar o projeto; sem a licença prévia do Ibama, o governo não pôde realizar o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica, previsto para dia 21 de dezembro; depois de 20 anos, o cantor britânico Sting e o cacique

Kayapó Raoni reuniram-se em São Paulo para conversar sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, motivo que os uniu pela primeira vez, em fevereiro de 1989, em Altamira; diversos representantes de povos indígenas (Arara, Juruna, Kayapó, Xavante, Xipaya, Xicrin e Yanomami) lançaram um manifesto, denunciando o descaso do governo federal – o texto falava de 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto de Belo Monte e concluiu com a mensagem de que o Rio Xingu pode virar um “rio de sangue”; no dia 2 de dezembro, indígenas e ribeirinhos fizeram ato na rampa do Senado contra hidrelétrica de Belo Monte, após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal; durante a audiência, a índia Kayapó Tuíra – que, em 1989 empunhou um facão contra o atual presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte – enfrentou o representante da Funai, dizendo que o governo os abandonou e agora ele mesmo os ameaça; os indígenas participaram, ainda, de reuniões no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e Ibama; na mesma semana, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) enviou ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Em 2010, as controvérsias continuaram intensas, e, malgrado todos os apelos e ações judiciais, em 1º de fevereiro o Ibama publicou licença prévia ambiental atestando a viabilidade empreendimento. No dia 20 de abril foi realizado o leilão de concessão da usina, concluído em dez minutos, entre liminares que suspendiam sua validade e a cassação dessas liminares, sob protestos de manifestantes, ativistas do Greenpeace e cerca de três toneladas de estrume despejadas na entrada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), onde foi realizado. Cerca de uma semana antes, estiveram presentes em passeata em Brasília contra Belo Monte o diretor e a atriz hollywoodianos James Cameron e Sigourney Weaver, associando a construção da usina ao roteiro do filme de maior bilheteria da história do cinema, “Avatar”. No dia 22 de abril, os caciques Bet Kamati Kayapó e Raoni Kayapó, e Yakareti Juruna publicaram carta aberta, denominada “Nós, indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte”, na qual argumentavam:

O presidente Lula disse na semana passada que ele se preocupa com os índios e com a Amazônia, e que não quer ONGs internacionais falando contra Belo Monte. Nós não somos ONGs internacionais. Nós, 62 lideranças indígenas das aldeias Bacajá, Mrotidjam, Kararaô, Terra-Wanga, Boa Vista Km 17, Tukamã, Kapoto, Moikarako, Aykre, Kiketrum, Potikro, Tukaia, Mentutire, Omekrankum, Cakamkubem e Pokaimone, já sofremos muitas invasões e ameaças. [...]. Já perdemos muitos dos direitos que tínhamos, muitos perderam parte de suas culturas e outros povos sumiram completamente. *Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio*. Não queremos mais que mexam nos rios do Xingu e nem ameacem mais nossas aldeias e nossas crianças, que vão crescer com nossa cultura. Não aceitamos a hidrelétrica de Belo Monte porque entendemos que a usina só vai trazer mais destruição para nossa região. Já fizemos muitas reuniões e grandes encontros contra Belo Monte, como em 1989 e 2008 em Altamira-PA, e em 2009 na Aldeia Piraçu, nas quais muitas das lideranças daqui estiveram presentes. *Já falamos* pessoalmente para o presidente Lula que não queremos essa barragem [...]. *Já falamos também* com a Eletronorte e Eletrobrás, com a Funai e com o Ibama. Já alertamos o governo que se essa barragem acontecer, vai ter guerra. O Governo não entendeu nosso recado e desafiou os povos indígenas de novo, falando que vai construir a barragem de qualquer jeito. Quando o presidente Lula fala isso, mostra que pouco está se importando com o que os povos indígenas falam [...]. Um exemplo dessa falta de respeito é marcar o leilão de Belo Monte na semana dos povos indígenas. Por isso nós, povos indígenas da região do Xingu, convidamos o James Cameron e sua equipe, representantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre (como o movimento de mulheres, ISA e CIMI, Amazon Watch e outras organizações). Queremos que *nos ajudem a falar o nosso recado* para o mundo inteiro e para os brasileiros, que ainda não conhecem e não sabem o que está acontecendo no Xingu. (NÓS, INDÍGENAS, 2010, grifos dos autores).

A partir desse trecho da carta, e ao se retomar o histórico do conflito, o que se pode observar é que, nesses mais de 30 anos de disputas em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, uma ampla rede, articulando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades –, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu, é associada, de forma controversa, disputando-se a definição sobre quais são os usos e apropriações desejáveis para o território. Nesse sentido, configura-se um conflito ambiental tal qual definido por Acserald (2004) e Carneiro (2009), no qual há a disputa por “unidades territoriais compartilhadas”. No entanto, no presente artigo, pretende-se trabalhar com a hipótese de que nesses conflitos *também há mais* do que isso. Quando indígenas de etnias distintas, com hábitos culturais

distintos, passam a se apresentar como um sujeito coletivo, um nós – indígenas do Xingu -, ao qual são convidados a somar também ao mesmo lugar de fala sujeitos a princípio distantes, como mulheres agricultoras, organizações ambientalistas internacionais e um diretor de Hollywood, entende-se que há a emergência da comunidade concebida como um projeto, no sentido a que se refere Bhabha (1998), qual seja, o da visão e construção de estratégias de subjetivação coletiva, “hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”, que “dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p.20). Esse hibridismo cultural manifesta-se desde as mobilizações iniciais em torno da usina Kararaô – cuja repercussão envolveu a associação até então inusitada entre etnias indígenas, ambientalistas e cantores, de Milton Nascimento a Sting – e perdurou durante toda a trajetória do conflito, que para ser levado adiante contou com um entrelaçamento do nível das comunidades locais às organizações internacionais.

Na carta, os caciques reclamam sua possibilidade de falar e serem escutados – no sentido de sua fala interferir nas decisões, isto é, de exercer *agência*. Para essa fala ser efetiva, se associam a outros sujeitos, com os quais visam formar um sujeito coletivo, um único, mas não homogêneo, lugar de enunciação. Tal processo se aproxima do que Bhabha descreve para o lugar de enunciação híbrido, que seria aquele da *agência pós-colonial*, pois a modernidade, como propõe Bhabha (1998, p.335), “tem a ver com a construção histórica de uma posição específica de enunciação e interpelação”.

No caso dos conflitos ambientais, mais especificamente no conflito ambiental em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o lugar de enunciação híbrido que se constrói visa interpelar o discurso da modernidade, que se sustenta no que Cunha (2009) chama a “cosmologia do desenvolvimento”. Toda a argumentação favorável à construção da usina se apóia na alusão ao desenvolvimento que o empreendimento irá alavancar, ainda que para isso seja necessário arcar com algumas consequências negativas⁶. Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que não aceitam os pressupostos do desenvolvimento como justificativa

⁶ Ver, por exemplo, a fala de Rodrigo Cezar de Cerqueira Leite, físico, professor emérito da Universidade Estadual de Campinas e membro do conselho editorial do jornal Folha de São Paulo, que disse que milhares de espécimes vão sucumbir, mas, em compensação, 20 milhões de brasileiros terão energia elétrica garantida (LEITE, 2010).

suficiente para a construção da usina, interpelam o discurso moderno, e pedem tempo, para desacelerar e repensar as prioridades (MTDX, 2010), de forma semelhante ao que Stengers (2007) denomina de *atitude cosmopolítica*, isto é, a possibilidade de se criar um espaço de hesitação, de se desacelerar a expectativa pela construção de um mundo comum, ao se sugerir que “talvez possa existir algo de mais importante” (STENGERS, 2007, p.49). Assim, concorre-se inclusive pela definição do que está em disputa no conflito ambiental. Como afirma Latour (2007, p.72), é arriscado, e mesmo etnocêntrico, assumir que as partes em uma disputa estão de acordo sobre os princípios fundamentais em questão. Ao se articular, em uma mesma rede, o rio Xingu, o relatório de impacto ambiental, os índios, os peixes e as mulheres agricultoras, para argumentar contra a construção da usina, expande-se a lista de entidades passíveis de serem reconhecidas como interessadas na definição do mundo – ou do cosmos –, isto é, expande-se para mais entidades a capacidade de se exercer a posição de sujeito. Admitindo, com Viveiros de Castro (2002), que a cosmologia ocidental opõe duas séries paradigmáticas sob os rótulos de Natureza e Cultura, que inclui universal e particular, fato e valor, dado e construído, e, entre outros tantos, objeto e sujeito, argumenta-se, portanto, que, ao se colocar em pauta a capacidade de se exercer agência e de se disputar a formulação do que está em jogo, os conflitos ambientais manifestam *interpelações cosmopolíticas* que desestabilizam a “caixa preta” da separação sociedade-natureza necessária ao projeto moderno.

Interessante observar que o próprio EIA-RIMA da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, documento mediante o qual se analisa e se legitima a construção do empreendimento, se assenta na separação sociedade e natureza, necessária ao cálculo dos impactos tais como realizados no relatório.

Nesse sentido, Antonaz (2009, p.38) comenta que mesmo a organização dos volumes que compõem este EIA-RIMA, separados por eixos temáticos que tratam de ecossistemas, meios físicos e bióticos e socioeconômico e cultural, “dificulta a leitura em virtude da descontinuidade temática e isola cada tema como se não houvesse interação de homem e natureza.” De maneira complementar, Acserald e Mello (2009, p. 44) afirmam que o RIMA em questão apresenta uma análise que separa a caracterização do meio físico – em que são descritos os rios da região, o regime de chuvas e o tipo de terrenos -; o meio biótico – os tipos de florestas e vegetação e as espécies da fauna - e o meio socioeconômico – que traz o perfil

demográfico e lista as atividades produtivas e os serviços da região, de forma que “a interrelação entre esses três meios não é explorada no documento, isto é, não é descrito como o modo de vida da população potencialmente atingida se relaciona com os recursos hídricos, o regime de cheias e vazantes e os recursos da fauna e da flora acessados pelos moradores.”. Ou seja, a construção discursiva do documento de legitimação da obra de Belo Monte se afirmaria mediante a separação sociedade-natureza.

A partir dessas pistas de pesquisa serão apresentados na seção seguinte os principais agentes envolvidos no conflito e os mecanismos de inscrição mobilizados pelos distintos grupos durante a disputa.

Usina, gente e rio

O porte do empreendimento, de grande escala – apenas o canal pelo qual se pretende desviar o curso do rio para formar o reservatório da barragem é previsto para ser maior do que o Canal do Panamá, de acordo com dados presentes no Estudo de Impacto Ambiental –, o longo período através do qual tem sido discutido e as expectativas e inseguranças correlatas, e transformações sociais e ambientais previstas caso a obra se efetive, contribuem para que o tema suscite “posições acaloradas”, tanto a favor quanto contra, nas localidades influenciadas diretamente, e também em segmentos sociais em nível nacional e internacional.

Desta forma, havendo um afluxo visível de pessoas para os municípios da área de abrangência, em especial Altamira, cidade polo regional, seja para trabalhar nas obras, para apoiar movimentos contrários, sejam jornalistas e pesquisadores visando registrar os acontecimentos, a pergunta-chave que tem iniciado grande parte das conversas e assuntos nas cidades é: “você é contra ou é a favor de Belo Monte?”. E, de fato, são vários os grupos que se distribuem entre esses polos, e que ora se aglutinam, ora se dispersam, deslocando o fiel da balança dos rumos do conflito.

Para começar a caracterizá-los a partir do polo favorável, indutor do projeto de construção do empreendimento, o primeiro grupo que se delinea é, de maneira ampla, chamado de *governo*. As referências ao governo são feitas continuamente, e de maneira geral dizem respeito às instituições do governo federal: a Presidência da República, quase sempre personificada na presidenta Dilma Rouseff, mas que

comparece nos eventos e momentos de embate via representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional de Articulação Social; porta-vozes do Ministério de Minas e Energia, notadamente mediante os discursos à imprensa proferidos pelo Ministro Édson Lobão; a Empresa de Pesquisa Energética, que também fala por meio da imprensa, em comentários de seu diretor geral Márcio Tolmasquim; o Ibama, órgão responsável pelo licenciamento ambiental, e cujas licenças emitidas (Licença Prévia, Licença de Instalação Parcial e, finalmente, no dia 01 de junho de 2011, a Licença de Instalação, chancela do órgão para a construção do empreendimento) se configuraram como mecanismos centrais de inscrição do conflito, sintetizando grande parte das ambiguidades presentes no processo; Fundação Nacional do Índio, que é representada com separações entre a *Funai de Brasília* e a *Funai local*, intervindo tanto mediante pareceres técnicos e ofícios quanto mediante reuniões e mediações entre os grupos indígenas atingidos e a esfera nacional.

À parte desse grupo, mas eventualmente afinada a ele, estão as *prefeituras*, que se manifestam majoritariamente via ações empreendidas pelo Consórcio Belo Monte, associação entre as prefeituras dos 11 municípios localizados na área de influência do empreendimento, instituída em 2001 e que interage com os demais grupos mediante seus representantes (principalmente o presidente e o secretário-executivo do consórcio), e atividades promovidas para a população, como shows gratuitos e sorteio de prêmios.

Correlato a estes grupos está o grupo *Norte Energia*, nome do consórcio vencedor do leilão para assumir o empreendimento, e que, localmente, diz respeito não apenas especificamente ao consórcio, mas a todos aqueles identificados à execução do empreendimento, o que inclui a Eletronorte, fortemente associada localmente à obra, em função do histórico do projeto, e várias empresas terceirizadas pelo empreendedor, como a E.Labore, encarregada da comunicação com as comunidades locais, a ECSA e a LEME, empresas que vêm realizando as medições topográficas das áreas atingidas e cadastramento das propriedades, o Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pela logística da obra, entre outras. Os posicionamentos desse grupo se dão por meio da fala de seus representantes em reuniões e eventos, e em cartilhas, formulários, ofícios e publicações em um *blog* na internet.

Na defesa da importância da construção de Belo Monte para a região, destaca-se ainda o *Fort Xingu*, fórum que aglutina 178 entidades, entre igrejas evangélicas, associações de bairro, sindicatos rurais e, sobretudo, empresários locais, declarando ter como objetivo defender os “interesses regionais e as oportunidades de negócios” vinculadas à chegada da barragem. O Fort Xingu promove reuniões semanais, eventos entre comerciantes e a Norte Energia, e mantém um *mailing list* e um *blog*, veículos por intermédio dos quais publica periodicamente notícias relacionadas ao andamento das negociações para o empreendimento.

No polo oposto, demarcando-se contrário ao empreendimento, identifica-se com maior projeção o Movimento Xingu Vivo para Sempre, entidade criada a partir de 2008, constituída em meio a rupturas com movimentos sociais locais que, com a eleição de representantes do Partido dos Trabalhadores no governo federal, e em seguida no governo estadual, deixaram de exercer o papel de oposição ao projeto de Belo Monte. O *Xingu Vivo*, como é mais comumente referido, configura-se a partir da articulação entre pessoas pertencentes a distintas entidades (Movimento de Mulheres, movimentos estudantis, Movimento Negro, entre outros) e é apoiado por distintas organizações não governamentais, nacionais, como o Instituto Socio-Ambiental (ISA), e internacionais como a Amazon Watch e a International Rivers. Suas manifestações ocorrem geralmente por atos públicos como vigílias, distribuição de panfletos, idas às comunidades, cartas abertas aos órgãos oficiais e publicação de notícias em um *blog* na internet.

São historicamente ligadas ao Xingu Vivo, e o “acolheram” em sua sede quando da ruptura que demarcou seu surgimento, as entidades vinculadas à Igreja católica, notadamente o *CIMI* – Conselho Indigenista Missionário, e a *Prelazia do Xingu*. Como liderança máxima dessas duas entidades, encontra-se o Bispo Dom Erwin Krautler, figura carismática e notório defensor dos direitos humanos, que é considerado inclusive por aqueles que discordam de seu posicionamento contrário à construção da barragem.

Presente há menos tempo em Altamira e na “questão Belo Monte”, mas que logo se apresenta como um agente de influência devido à sua projeção política nacional, encontra-se desde setembro de 2009 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Diferenciando-se do Xingu Vivo pelas estratégias adotadas, parcerias e, como reforçam seus representantes, “pela leitura marxista-leninista do

problema das barragens”, o MAB tem atuado mediante o trabalho de formação de base, com o deslocamento de seus representantes às comunidades e participação em atos e eventos contra a obra, muitas vezes em parceria com o Xingu Vivo.

Importante destacar que as configurações desses grupos, bem como seus alinhamentos e divergências são notadamente dinâmicos: o grupo Fort Xingu, que em maio de 2011 posicionava-se claramente a favor do empreendimento, em agosto de 2011 começou uma campanha com *outdoors* espalhados pela cidade de Altamira questionando a morosidade da Norte Energia em atender às condicionantes, enquanto em seu boletim do mesmo mês divulgou que nas próximas eleições para diretoria da associação, os representantes da ala internamente favorável à construção da usina não irão concorrer, ficando a disputa apenas entre a “chapa neutra” e a “chapa contrária”. Outro exemplo é a articulação entre os movimentos sociais: apesar de o Movimento Xingu Vivo para Sempre ser caracterizado como um coletivo que agrega mais de cem entidades, para o fortalecimento das ações após a liberação da licença de instalação do empreendimento houve uma nova fusão de movimentos, compondo a “Frente de Resistência Contra Belo Monte”, formada pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepp-Regional), entre outras organizações.

Destaca-se ainda que agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores, pertencentes às comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento, se veem, de súbito, no âmago da controvérsia, e frustrados com relação a sua capacidade de interferência na definição do processo. Assim, esses atores oscilam frequentemente entre os grupos: por mais que geralmente sejam contra as mudanças ocasionadas pela barragem, a expectativa gerada pela indefinição, o medo de serem atropelados pela chegada das obras e a potencialidade, em alguns casos, de subitamente receberem quantias em dinheiro, às quais nunca antes tiveram acesso, fazem com que esse grupo tenha um comportamento dinâmico: nos encontros, há sempre uma atualização daqueles que *resistem* e daqueles que *se entregaram*, isto é, aceitaram negociar suas terras e seus direitos com a Norte Energia.

A pesquisa de campo permitiu perceber que enquanto os argumentos dos grupos pró-Belo Monte giram em torno de temas abstratos, como desenvolvimento, energia, sustentação econômica, os agricultores, ribeirinhos e pescadores

apresentam elementos concretos no debate como argumentos de sensibilização contra a obra: registros da quantidade de cacau que produzem, o arroz colhido, a castanha, o peixe, a caça e os frutos.

Os indígenas, ou simplesmente os *índios*, apesar de muitas vezes se encontrarem em situação parecida a dos agricultores familiares e ribeirinhos, configuram um grupo distinto. Suas decisões sobre a posição a favor ou contra a barragem são tomadas em reuniões e instâncias próprias, e em algumas comunidades indígenas oscilam de acordo com a relação estabelecida com a Funai e a Norte Energia, pautada por critérios distintos daqueles disponíveis para as demais comunidades atingidas (como, por exemplo, a prática empreendida pela Norte Energia em parceria com a Funai de atender listas mensais de solicitações de bens pelas comunidades indígenas, chamadas *ações emergenciais*, e que destinam até 30 mil reais por mês por aldeia). Além dos indígenas que vivem no entorno da obra – pertencentes em sua maioria às etnias Arara, Juruna, Xipaya, Curuaya e Xicrin –, exercem influência sobre o conflito outros grupos, como os Kayapó do Mato Grosso e do sul do Pará. Nesse sentido, é interessante destacar que uma das lideranças indígenas entrevistadas ressaltou que, apesar dos conflitos ancestrais entre os distintos grupos indígenas, que muitas vezes já foram inimigos, no enfrentamento contra a barragem “todos temos uma luta só, e por isso todos os povos se tornam um só”, corroborando preliminarmente com a hipótese acima aventada da construção de um sujeito coletivo constituído por sujeitos a princípio distantes, compondo um único, mas não homogêneo, lugar de enunciação.

Os *moradores da periferia urbana* de Altamira têm ganhado destaque após a emissão da Licença de Instalação, exercendo um protagonismo que a princípio surpreendeu até mesmo os movimentos sociais. Sendo a especulação imobiliária – deflagrada mediante uma súbita elevação dos custos de terreno e aluguel em Altamira – uma das mais significativas consequências da liberação da obra (há muitos relatos de valores de aluguel que subiram cerca de cinco vezes, de um mês para o seguinte, e em todas as áreas da cidade), espontaneamente moradores das periferias, conhecidas como *baixões* em Altamira, começaram a se organizar e realizar ocupações cobrando a responsabilidade do governo e da Norte Energia, seja porque já estão sem moradia por não poderem arcar com os novos valores, seja porque estão temerosos com o alagamento de suas casas, visto que são áreas que no período de cheia já regularmente alagam. A organização desse grupo vem

se fortalecendo nos últimos meses, despertando a atenção dos movimentos sociais que até então vinham concentrando suas atividades nas áreas rurais.

Participação bastante diferente, mas não menos significativa, cabe à *Academia*, isto é, a pesquisadores e professores universitários que se valem de seu capital intelectual para produzirem análises técnicas sobre o projeto e seus impactos, tomando parte no conflito. Esse posicionamento é manifestado a partir da contribuição na realização de palestras e cursos, publicação de artigos e livros. Destaca-se, nesse conjunto, a formação do *Painel de Especialistas*, grupo de renomados pesquisadores, dos mais distintos campos disciplinares (da engenharia e biologia à antropologia e saúde), vinculados a universidades de todo o país, que publicaram uma análise crítica de todos os volumes do Estudo de Impacto Ambiental. Além das publicações científicas, as cartas das associações de pesquisa (entre elas a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Ictiologia, entre outras, compondo um total de 60 entidades) também têm sido utilizadas como apoio importante à manifestação.

Finalmente, um agente que tem sido decisivo no direcionamento do conflito é o *Ministério Público Federal*. Mediante 11 ações civis públicas ajuizadas contra o processo de licenciamento ambiental da obra, participações dos procuradores em eventos e seminários, e também um *blog* na internet explicando de maneira didática o conteúdo das ações, o MPF tem atuado como um agente de fiscalização e pressão sobre o empreendimento, contribuindo ainda com o fornecimento de materiais para o debate público do processo. Somam-se à atuação na esfera jurídica entidades como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH e a ONG Terra de Direitos.

Belo monte, natureza e sociedade: em construção

O que tem se depreendido das análises preliminares a partir da pesquisa empírica é que a diversidade de grupos encontrada, os distintos artefatos mobilizados como ferramentas do embate (panfletos, cartas, ações civis públicas, cacau, castanha, *blogs*, manifestos, cartilhas...), e mesmo os espaços das cidades envolvidas e localidades ribeirinhas têm, desde o início do conflito acerca da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, se encontrado em constante

transformação. Cada etapa da obra, da discussão de sua necessidade e de sua viabilidade à emissão de licenças e à chegada de maquinário, constrói e desfaz redes e paisagens. Esse movimento contínuo é justamente a característica principal da rede encontrada na abordagem de Latour (2002), tal qual uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó – neste caso, a construção da UHE Belo Monte. Trata-se, então, de enfatizar os fluxos, os movimentos de agenciamento e as mudanças por eles provocadas (FREIRE, 2006).

Dentre os marcos de mudanças produtoras de efeitos direcionadores dos rumos do conflito, talvez o mais evidente deles seja o processo de licenciamento ambiental. Cada licença das três emitidas pelo órgão licenciador, o Ibama, foi precedida por uma série de questionamentos, debates, relatórios técnicos, ofícios, negociações e contestações, configurando etapas de *inscrição* do conflito. No sentido a que se refere Latour (1997), as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, permitindo novas traduções e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação (Latour, 2001). Freire (2006), interpretando a abordagem de Latour, afirma que no esforço de convencimento dos cientistas na construção de um fato científico, as inscrições desempenham um papel extremamente importante, aumentando quer seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, quer seja a disciplina dos aliados cuja presença é necessária para convencer (Latour, 1990). No conflito em torno de Belo Monte, cada licença, como síntese das negociações – técnicas e políticas – anteriores a sua emissão, e como signo ou sinalizadora do que estaria por vir, repercutiu imediatamente em posicionamentos dos empreendedores interessados na obra, na articulação ou desarticulação dos movimentos sociais, em protocolos para os órgãos envolvidos e em demandas e recursos para as prefeituras. Essa capacidade de um objeto, não humano, repercutir em efeitos sociais, ou seja, de participar ativamente das relações sociais, é bastante evidente em relação às licenças, mas não ocorre apenas com relação a elas: mapas e tabelas – como a tabela de divulgação de preços a serem pagos por benfeitorias em terras a serem indenizadas pelo empreendedor - também atuam como indutores de mobilizações sociais, especulação imobiliária, liberação de recursos e motivadores para alinhamentos e divergências entre os grupos.

Em todos esses casos, a noção-chave que pode ser depreendida é a noção de *tradução*. Aqui, traduzir significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados (FREIRE, 2006). Segundo Latour (2002), as cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Contudo, no conflito estudado, é constantemente necessária a tradução, além de objetivos e interesses, de *tempos* muitas vezes contraditórios. O tempo do projeto é o tempo do que é pensado de forma macro, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, no ritmo do mercado. O tempo dos moradores locais, indígenas e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo. Os representantes dos órgãos do governo federal, imbuídos da mediação entre as necessidades locais e os projetos nacionais, relatam angústia de se sentirem pressionados ou, o que é ainda pior, atropelados pela imposição de ritmos *deslocados*. Nesse sentido, a proposição cosmopolítica de Stengers (2007) ganha força, ao sugerir que estão em disputa os próprios parâmetros de definição sobre o que é mais importante na configuração do mundo.

No entanto, essas são ainda algumas pistas a serem mais bem exploradas empírica e analiticamente.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília. Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDEZ, Francisco del Moral (orgs.). *Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

ACSERALD, Henri (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ANTONAZ, Diana. Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte. In: MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDEZ, Francisco del Moral (orgs.). *Painel*

de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo Monte Painel especialistas EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf). Acesso em set. 2010.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ISA – Instituto Socioambiental. Especial Belo Monte. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em 13 jun. 2010.

FREIRE, Letícia de L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*. Rio de Janeiro, v.11, n. 26, p. 46-56, jan./jun. 2006.

KAYAPÓ, Cacique Bet Kamati; JURUNA, Yakareti; KAYAPÓ, Cacique Raoni. *Nós, Indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte*. Disponível em: <http://xinguvivo.blogspot.com/2010/04/nos-indigenas-do-xingu-nao-queremos.html>. Acesso em: 21 set. 2010.

MAGALHÃES, Sônia M. S. B.; HERNANDEZ, Francisco del Moral (orgs.). *Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo Monte Painel especialistas EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf). Acesso em: set. 2010.

MTDX - Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. *SOS XINGU - Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia*. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Carta+++SOS+Xingu+++Um+chamamentoao+bom+senso+sobre+o+represamento+de+rios+na+Amazonia/236>. Acesso em: 13 set. 2010.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, J. E SOUBEYRAN, O. *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris : La Découverte. 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.